

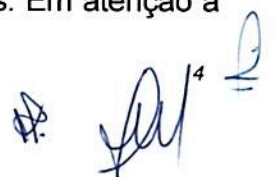
ATA DA 47ª REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL DA EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES – EBSERH**NIRE: 5350000473-4 CNPJ 15.126.437/0001-43**

Aos seis dias do mês de abril do ano de dois mil e dezessete, às dez horas e trinta minutos, na Sala dos Conselhos da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), localizada no Setor Comercial Sul, Quadra 9, Lote C, Edifício Parque Cidade Corporate, Torre C, 3º pavimento, CEP 70.308-200, Brasília/DF, sob a presidência do senhor José Fernando Uchôa Costa Neto, Presidente do Conselho e representante do Ministério da Educação (MEC), realizou-se reunião ordinária do Conselho Fiscal da Ebserh, empresa pública com Sede no mesmo endereço, encontrando-se presentes a Conselheira Stela Maris Monteiro Simão, representante do Ministério da Fazenda (MF), e o Conselheiro Georgenor Cavalcante Pinto, representante do Ministério da Saúde (MS). Encontravam-se presentes também Euler da Cunha Fonseca, Diretor de Orçamento e Finanças; Cristian de Oliveira Lima, Coordenador de Contabilidade e Finanças; Afonso Marques de Sousa, Chefe de Serviço de Contabilidade; Gil Pinto Loja Neto, Auditor-Geral; Fernanda Zortéa, Auditora-Geral Adjunta; e, na secretaria dos trabalhos, Karen Tiemi Ueda, Secretária-Geral, todos da Ebserh, para tratar da seguinte pauta: 1) Leitura, aprovação e assinatura da ata da 46ª reunião; 2) Apreciação prévia do Balanço Patrimonial 2016; 3) Monitoramento das recomendações dos órgãos de controle; e 4) Plano de Trabalho do Conselho Fiscal. O Presidente do Conselho cumprimentou a todos e iniciou a reunião agradecendo pela colaboração dos demais Conselheiros quanto à alteração da data da reunião, para melhor adequação às agendas dos membros do colegiado. Em seguida, indagou sobre a concordância em relação à pauta; a Conselheira representante do MF solicitou inversão de pauta, para análise do item 4 anteriormente ao item 3, o que recebeu a concordância de todos. Na sequência, abordou-se o item 1, com a aprovação da ata da 46ª reunião, que será assinada após alterações de texto solicitadas pela Conselheira representante do MF. Prosseguindo, abordou-se o item 2, com a apreciação prévia do Balanço Patrimonial (BP) 2016, apresentado pela Diretoria de Orçamento e Finanças (DOF) - tópico a ser deliberado na reunião conjunta do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração, em 19 de abril de 2017. O Diretor da DOF cumprimentou a todos e afirmou, primeiramente, que a apresentação foi estruturada com atenção aos apontamentos feitos em reunião realizada, em 23 de março de 2017, entre a Ebserh; a Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda (STN-MF); e a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (Sest-MP). Inicialmente, foram citados os marcos legais de constituição da Ebserh, destacando-se a atual estrutura da Empresa, que conta com a Sede e 39 (trinta e nove)


unidades hospitalares em todo o país, as quais representam 36 (trinta e seis) filiais - considerando a existência de três Complexos Hospitalares -, sendo que 13 (treze) estão sob gestão plena da Ebserh, ou seja, têm suas próprias execuções orçamentárias e financeiras, que resultam em dados para a composição do BP. Explicou-se que as demais filiais não estão representadas no BP, pois encontram-se em período de transição até atingir a gestão plena, conforme previsão constante no contrato de gestão firmado entre a Empresa e as universidades federais, o que pressupõe o atendimento de determinadas etapas preliminares: formalização dos registros cadastrais pertinentes, como Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), Unidade Gestora (UG) e Unidade Administrativa de Serviços Gerais (UASG); nomeação de equipe de governança; realização de concurso público; desligamento de pessoal com vínculo de trabalho precário; dentre outros. Em seguida, a DOF apresentou a comparação dos saldos do Balanço Patrimonial de 2015 e de 2016, com a indicação dos valores do Ativo, do Passivo e do Patrimônio Líquido, e, na seqüência, detalhou as contas que compuseram o Ativo Circulante e o Não-Circulante, o Passivo Circulante e o Não-Circulante, com as respectivas representações gráficas. Sobre o Ativo Circulante, os Conselheiros indagaram quanto ao motivo de o registro dos valores ter sido, em 2016, quase o dobro em comparação com o exercício 2015. A DOF esclareceu que a maioria das contas constantes no BP 2016 apresentaram variação similar, pois, em 2015, havia 7 (sete) filiais sob gestão plena, enquanto, em 2016, havia 13 (treze) filiais sob gestão plena da Ebserh. Ressaltou-se, ainda, que os saldos apresentados são os registrados no dia 31 de dezembro de 2016; nesta data, a Ebserh recebeu aporte da STN-MF para ser encaminhado às filiais, de modo que havia recursos que estavam em processamento. Ademais, lembrou-se que a Empresa realiza o processamento da receita SUS, referente à produção hospitalar das filiais, sendo responsável apenas pelo repasse dos recursos aos Hospitais Universitários Federais (HUFs). O Conselho solicitou, então, para melhor compreensão das informações da DOF, que, nas próximas reuniões, as Notas Explicativas, com esclarecimentos sobre as variações mais significativas, estejam disponíveis durante a apresentação, ao invés de estarem ao final. Solicitou-se também que, quando da comparação entre dois períodos, seja inserida informação sobre a variação percentual. Prosseguindo nos esclarecimentos do Ativo Circulante, a DOF informou sobre o Limite de Saque da Conta Única, pontuando sobre a forma como ocorre a operacionalização do recurso; mostrou a evolução do estoque do Almoxarifado, de 2015 em comparação com 2016, bem como a representação percentual gráfica da distribuição desse estoque na Sede e nas filiais. No que tange ao Ativo Não-Circulante, a DOF mostrou a comparação dos saldos da composição do imobilizado e a composição do intangível ao final de 2016. Na seqüência, ressaltou-se que a maior parte das contas que compõem o Passivo Circulante estão relacionadas a despesas de pessoal. A DOF pontuou que, embora a representação do BP 2016 seja de 13 (treze) filiais que estão sob gestão plena da Empresa, a Folha de Pagamento especificamente representa todo o quadro de pessoal da Ebserh. Prosseguindo,

explicou-se sobre a conta Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (Afac), em que foram feitos diversos registros contábeis de investimentos, nos últimos anos, com o objetivo de se alterar o capital social da Ebserh, o que ocorre por meio de Decreto. A Empresa foi criada, em 2011, com um capital inicial de R\$ 5 milhões (cinco milhões de reais) e tal valor não sofreu nenhuma atualização desde então. A DOF afirmou que a matéria já foi apreciada pela Diretoria Executiva, pelo Conselho Fiscal e pelo Conselho de Administração; foi encaminhada para análise do Ministério do Planejamento e, atualmente, aguarda a publicação de Decreto. A Conselheira representante do MF solicitou que seja apresentado, mensalmente, quadro atualizado de aplicação da taxa Selic para correção do valor do Afac. Em seguida, em atenção ao que dispõe a Lei nº 6.404/76, foi apresentada a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE). A DOF explicou sobre nova metodologia, adotada a partir de 2016, referente ao repasse de recursos da contratualização SUS, decorrente da produção hospitalar, que deixou de ser operacionalizado por Guia de Recolhimento da União (GRU) e passou a ocorrer via descentralização de créditos de programação financeira pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi). Por esse motivo, houve redução significativa nas Receitas Operacionais, pois a contratualização passou a ser realizada diretamente pelo Fundo Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde (FNS-MS). Esclareceu-se a Receita da Ebserh é composta, basicamente, pelos recursos previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA), com as subvenções do Governo Federal, e por receita própria, decorrente dos serviços prestados no âmbito do SUS, via FNS-MS. Por ser empresa pública totalmente dependente do Tesouro Nacional, a Ebserh recebia o recurso da produção hospitalar das filiais, via GRU, como receita própria e, para poder repassar o recurso aos HUFs, precisava de limite de movimentação e empenho – o qual também era utilizado pelo MS. Foi realizado, então, estudo de projeção, em que se verificou que, quando todas as filiais estivessem efetivamente operacionalizando pela Ebserh, caso se mantivesse o recebimento via GRU, seria necessário limite de aproximadamente R\$ 1 bilhão (um bilhão de reais) do MEC e também do MS. Destarte, foram feitas negociações no sentido de que o recurso não mais figurasse como receita própria, mas como repasse. Por esse motivo, no BP 2016 não consta mais o registro, como receita própria, dos recursos de produção hospitalar das filiais. Na sequência, foram apresentadas informações referentes a despesas com pessoal e encargos; com material de consumo; e com serviços; bem como a comparação dos saldos de 2015 e 2016, e respectivas representações gráficas. A Conselheira representante do MF indagou sobre o valor de R\$ 4 milhões (quatro milhões de reais) registrado, em 2016, em provisões de ajustes de estoque, que não constava no BP 2015; a DOF respondeu tratar-se do valor da provisão para correção, e não do valor do estoque propriamente dito. Prosseguindo, informou-se sobre a movimentação e saldo das aplicações financeiras em 2016, na conta do Tesouro Nacional. Foi apresentada também a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC). A Conselheira representante do MF, por ter participado da reunião da Ebserh com a STN-MF e a Sest-MP, em 23 de março de 2017,

fez uma série de questionamentos em relação aos apontamentos decorrentes dessa reunião; e a DOF pontuou que buscou-se atender as solicitações e prestar os esclarecimentos pertinentes, conforme consta na Nota Técnica nº 07/2017 da Diretoria. O Conselho Fiscal solicitou que a DOF complemente as informações apresentadas, conforme as recomendações da Sest-MP e da STN-MF. Dentre os apontamentos, debateu-se acerca do registro da depreciação e da dúvida suscitada em relação à ausência de análise de impacto, para dar melhor tratamento à questão; a DOF explicou sobre a dificuldade de análise da depreciação, considerando o reflexo no Imposto de Renda, e afirmou que há contratação em curso para a realização de avaliação dos bens patrimoniais da Ebserh. Em seguida, foram apresentadas também as contas da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) e da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL). Por fim, apresentou-se o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis 2016 da Ebserh, que indica que os registros apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa, em 31 de dezembro de 2016, com a ressalva de não ter sido realizado o acompanhamento da contagem física dos estoques, que, ao final do exercício analisado, representava cerca de 30% (trinta por cento) do total do ativo. Com relação à contratação de auditoria independente, o Conselho manifestou preocupação e ressaltou que não teve ciência da contratação e nem acesso aos relatórios da empresa contratada. Solicitou-se, então, que sejam encaminhados os contratos firmados, bem como os relatórios da empresa. O Conselheiro representante do MS comentou que, na reunião do mês de maio, irá apresentar aos demais membros informações sobre o assunto, para subsidiar o debate acerca da relação dos auditores independentes com o Conselho Fiscal. Na sequência, abordou-se o item 4 da pauta, com a apreciação do Plano de Trabalho do Conselho Fiscal (PT-CF). Os itens constantes do documento foram analisados pelos Conselheiros, que o aprovaram, por unanimidade. Em decorrência dos tópicos do PT-CF, foram feitas as seguintes solicitações de encaminhamento: envio das certidões negativas atualizadas da Ebserh e do Parecer Jurídico referente à contratação dos Containers Datacenter. Por oportuno, em consonância com item do PT-CF, a Secretaria-Geral apresentou proposta de calendário de reuniões para 2017; restou acordado que os encontros do colegiado serão realizados, às segundas-feiras, preferencialmente no período vespertino, ficando definidas as seguintes datas, passíveis de alteração, para as próximas reuniões: 15 de maio; 19 de junho; 17 de julho; 21 de agosto; 18 de setembro; 16 de outubro; 13 de novembro; e 4 de dezembro. Em razão do adiantado da hora, o item 3 da pauta será melhor detalhado na próxima reunião, em atenção ao que dispõe a Instrução Normativa nº 24/2015 da antiga Controladoria-Geral da União (CGU), atual Ministério da Transparência, Fiscalização e CGU. Informou-se que o monitoramento das recomendações dos órgãos de controle ocorre por meio de sistema informatizado, através do módulo Auditoria do Sistema de Informações Gerenciais da Ebserh (SIG-Ebserh), cujas instruções de acesso foram encaminhadas aos Conselheiros. Em atenção à



IN 24/2015, a Auditoria Interna distribuiu a relação dos relatórios definitivos da área, emitidos no exercício de 2016, considerando ações realizadas na Sede e nos 27 (vinte e sete) HUFs que possuem Auditores nomeados. Finalizando, registrou-se a distribuição aos Conselheiros, juntamente com o material da reunião, de mídia digital com os seguintes documentos: Plano Anual de Auditoria Interna 2017 e Nota Técnica nº 04/2016, da Auditoria Interna. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho agradeceu novamente a presença de todos, e deu por encerrada a reunião, da qual eu *Karen Tiemi Ueda* (Karen Tiemi Ueda), Secretária-Geral da Ebserh, lavrei esta ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos Conselheiros presentes e por mim, e rubricada em todas as folhas.



JOSÉ FERNANDO UCHÔA COSTA NETO
Presidente



STELA MARIS MONTEIRO SIMÃO



GEORGENOR CAVALCANTE PINTO